



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

TERMO DE CONTRATO 081/2018

CONTRATO Nº 081/2018, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO E A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ sob o nº **27.165.570/0001-98**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no **CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961.351 SPTC/ES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **21.467.443/0001-67**, situada na Rodovia ES 165, Km 01, Bairro Centro, Conceição do Castelo, ES, neste ato representada por sua Presidente, a Senhora **NELRIMA FRANCISCO CARDOSO**, portadora da **RG n.º 1.921.136-ES e CPF n.º 100.551.807-60**, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e celebram o presente Contrato, com fundamento no **Art. 24, Inciso XXVII, da Lei 8.666/93 e do Processo Administrativo n.º 3.771/2018** e demais cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente a **CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES PARA A COLETA, TRIAGEM, PROCESSAMENTO, E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS E REAPROVEITAVES DOMICILIAR, COMERCIAL E INDUSTRIAL**, compreendendo serviços de coleta seletiva na modalidade porta a porta, da fração seca dos resíduos sólidos: domiciliar, comercial e industrial recicláveis ou reutilizáveis com o respectivo transporte e serviços de triagem e de beneficiamento primário da fração seca dos resíduos sólidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 - Pela execução dos serviços objeto deste Contrato a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 24.028,72 (vinte e quatro mil, vinte e oito reais e setenta e dois centavos)**, sendo o valor mensal de **R\$ 4.166,85 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)**.

O valor devido para o período de **09/07/2018 a 31/07/2018** perfaz o valor de **R\$ 3.194,47 (três mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos)** e para o período de **01/08/2018 a 31/12/2018** perfaz um valor de **R\$ 20.834,25 (vinte mil e oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

e quatro reais e vinte e cinco centavos), devendo ser pago pontualmente até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Os serviços objeto deste contrato serão remunerados pelo município, com valor fixo mensal de **R\$ 4.166,85 (quatro mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)**, de acordo com o parecer jurídico e solicitação da Secretaria Municipal e Agricultura e Meio Ambiente, onde deverá ser considerado o valor do contrato anterior mais a taxa de inflação acumulada até o mês 11 (onze) de 2018.

3.2 - Os pagamentos pelos serviços prestados, serão efetuados até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido, mediante pedido de pagamento acompanhado de Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou Recibo.

Parágrafo único. Os preços poderão sofrer alterações para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura, em **09 de Julho de 2018 a 31 de Dezembro de 2018**, prorrogável na forma do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 - A prestação dos serviços de coleta, transporte, triagem, processamento, beneficiamento e comercialização dos resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis tais como: papel, papelão, plásticos, vidros, metais, ferrosos e não ferrosos, entre outros, serão efetuados, conforme memorial de execução formalizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente nos bairros e comunidades do município, em todas as vias públicas abertas à circulação, acessíveis ao veículo coletor, seguindo todas as diretrizes eficazes às finalidades que se espera, atendendo os requisitos de qualidade e as normas e legislações de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, normas e legislações pertinentes e em vigência.

5.2 – A contratada deverá cumprir todas as exigências legais a fim de atender em sua totalidade o que prescreve o inciso XXVII, do art. 24 da Lei Federal nº. 8666/93, devendo ser composta por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis mediante o Cadastro realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3 - A CONTRATANTE fornecerá inicialmente 60 (sessenta) PEVs (Ponto de Entrega Voluntário) distribuídos em locais estratégicos e sempre que for necessário, e de acordo com o crescimento vegetativo da produção de resíduos da cidade de Conceição do Castelo serão acrescidos novos PEVs.

5.4 - A CONTRATADA deverá coletar todos os resíduos recicláveis acondicionados no PEV e na sua ausência em recipientes de livre escolha dos munícipes, seja qual for o número deles, de acordo com os locais e frequência descritos na clausula sétima deste contrato. Nas situações em que houver impossibilidade de acesso ao veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

manualmente, sendo necessário o coletor retirar os resíduos apresentados na via pública, e transportá-los até o veículo coletor.

5.5 - A coleta inicia-se imediatamente na data da assinatura do presente contrato, nos Bairros e nas Comunidades Rurais deste município, não podendo haver interrupção por mais de 72 (setenta e duas) horas, entre 2 (duas) coletas consecutivas, (na Zona urbana) ficando a ASSOCIAÇÃO obrigada a efetuar a coleta quando isto ocorrer, mesmo em dias de feriados civis e religiosos, de forma que o serviço não venha sofrer descontinuidade.

5.6 - A equipe mínima para a realização da coleta dos resíduos sólidos será constituída de: 01(um) motorista com 01 (um) caminhão coletor de carga traseira, de capacidade mínima de 4,5 toneladas, e no mínimo 2 (dois) coletores, bem como ferramentas e utensílios necessários à perfeita realização dos trabalhos. Os trabalhadores que efetuarem as tarefas de coleta e transporte deverão ser instruídos sobre a maneira de efetuar o trabalho com qualidade, devendo-se apresentar nos locais e horários de trabalho equipados e devidamente uniformizados;

5.7 - Os trabalhadores deverão ser instruídos quanto à proibição de algazarras ou trabalhos que perturbem os cidadãos.

5.8 - Os resíduos recicláveis que eventualmente se encontrarem fora do PEV deverão ser recolhidos manualmente, com auxílio de ferramentas, deixando os locais completamente limpos.

5.9 - Os funcionários da ASSOCIAÇÃO CONTRATADA deverão se apresentar nos locais de Trabalho, devidamente equipados e uniformizados.

5.10 - O veículo coletor deverá estar munido dos equipamentos necessários a boa Execução dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

5.11 - Nas situações em que o munícipe apresentar os resíduos para coleta, através de Recipientes reutilizáveis, estes deverão ser esvaziados completamente, tomando precauções para não danificá-los e nem derramá-los nas vias públicas, antes de depositá-los na caçamba do veículo, devendo o recipiente ser devolvido ao seu dono. Se houver derrame de resíduos, estes deverão ser varridos e recolhidos.

5.12 - A capacidade do caminhão coletor com carroceria e gaiola será de no mínimo de 4,5 (Quatro e meia) toneladas.

5.13 - Durante o processo de transporte do resíduo, a Associação Contratada deverá tomar todas as precauções no sentido, de evitar o transbordamento de materiais do veículo, para a via pública. Caso isso ocorra, deverá ser imediatamente retirado e colocado novamente no caminhão.

5.14 - Fica expressamente vedada a permanência de resíduos de um dia para outro no Interior do equipamento coletor (veículo), salvo por motivo de pane ou outro incidente ocorrido com o veículo, o que deverá ser imediatamente comunicado à Fiscalização.

5.15 - Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da População do número de estabelecimentos comerciais, institucionais, prestadores de serviços ou por outra ocorrência não prevista, poderá a Prefeitura, solicitar a Associação Contratada que aumente o número de viagens ou dias e pessoal necessário para a execução dos serviços.

5.16 - Caberá a Contratada a limpeza geral do veículo e dos equipamentos, constituindo Obrigação contratual a lavagem e caso necessário, a desinfecção, com produtos específicos para este fim, com exceção da lavagem dos PEVs que serão de responsabilidade do Contratante.

5.17 - Os serviços de coleta de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis serão executados de segunda à sábado no período diurno das 7:00 até 17:00 horas, sendo que na sede do município três vezes por semana, as terças-feiras, quintas-feiras e sábados. Nas comunidades rurais do



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

município conforme cronograma cláusula sétima deste contrato. Qualquer alteração deverá ser precedida de comunicação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

5.18 - Os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, serão medidos pelo número de toneladas efetivamente coletadas e dispostas em local adequado, aferidos através de balança instalada no centro de Triagem ou outro local a critério do Contratante.

5.19 - A Contratada não poderá, em hipótese alguma, interromper os serviços por motivo de Defeito ou manutenção do veículo/ equipamento, devendo providenciar a imediata substituição do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 - As despesas financeiras decorrentes da contratação serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentaria:

18001- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Fonte de Recurso: 100000; Ficha: 180;

Elemento de Despesa: 33903900000 - Outros serviços-Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SETIMA- CRONOGRAMA DA COLETA

7.1 - A coleta seletiva será feita às terças-feiras, quintas-feiras e sábados na área urbana nos seguintes bairros: **Centro, Pedro Rigo, Boa Esperança, Nicolau de Vargas e Silva, Arthur Soares, Larrieu e Zorzal.**

7.2 - A coleta na zona rural será feita quinzenalmente, ou seja 02 vezes por mês, nas seguintes comunidades: **Montevideo, Santo Antônio, Agua Limpa, Formosa, Angá, Lajinha, São José da Bela Vista, Santa Tereza, Ribeirão de Santa Tereza, Taquarussu, Tinguá, Santa Luzia, Indaiá, Ribeirão do Meio, Cantinho do Céu, Monforte Frio, Monforte Quente e Viçosa.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 - Obrigações da Contratada:

8.1.1 - Além das obrigações normais, decorrentes do presente contrato e as também descritas no Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento, constituem obrigações específicas da Contratada:

- Realizar a coleta e o transporte nos dias, horários, locais mencionados neste Termo.
- Cumprir todo itinerário de coleta de forma que não fiquem materiais sem serem coletados;
- os materiais oriundos da coleta seletiva serão recebidos diretamente no centro de triagem para separação.
- Será de responsabilidade da Associação os gastos provenientes do consumo de combustível e manutenção do veículo cedido e demais insumos necessários a prestação dos serviços; inclusive equipamentos de EPIs;
- Será de responsabilidade da Associação a comercialização do material reciclável;
- Operar com organização e independência e sem vínculo com a CONTRATANTE, executando o serviço com pessoal próprio (associados ou contratados), em número suficiente, devidamente



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

habilitado para a execução de suas tarefas. Em caso de contratação de empregados, deve obedecer a legislação civil, trabalhista e previdenciária, com as devidas anotações e recolhimentos;

g) Providenciar equipe para atendimento de emergência de casos eventuais quando solicitados pela Contratante, sem prejuízo da coleta, conforme cronograma do anexo I;

h) Designar o responsável pela fiscalização dos serviços de coleta e pesagem dos resíduos, providenciando anotação em planilha.

i) Fornecer ao associado uniforme completo e adequado ao tipo de serviço. O uniforme deverá ter identificação da contratada;

j) Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e outros equipamentos adequados e obrigatórios, necessários à execução dos serviços do objeto contratado, exigido a utilização destes. O EPI deverá ser entregue antes do início dos trabalhos pelos associados ou contratados;

k) Na ocorrência de feriados, qualquer alteração da realização do serviço deverá ser comunicada com antecedência de 15 (quinze) dias, para apreciação e deliberação da Contratante. Em caso de anuência, a comunicação prévia aos munícipes de qualquer alteração será realizada pela contratante;

l) Permitir livre acesso ao contratante dos documentos pertinentes à execução do presente contrato.

m) Prestar contas à Contratante do material comercializado, com a apresentação de todas as notas fiscais de comercialização emitidas;

n) Não permitir o trabalho ou a permanência de menores de 18 anos de idade nas dependências, da Associação atendendo a Lei nº 8.069/1990;

o) Apresentar relatório trimestral de produção e renda dos catadores para acompanhamento e monitoramento do sistema de coleta seletiva por parte da contratante;

p) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto deste Termo de Compromisso;

q) manter limpo o pátio de triagem, assim como o seu entorno obedecendo as normas ambientais e de higiene;

r) realizar a limpeza no pátio de transbordo no mínimo duas vezes por semana e cobertura diária das caçambas.

s) Receber e atender com urbanidade a fiscalização do contratante, e ou preposto seu bem como outros profissionais que laboram na Secretária Municipal de Agricultura e meio ambiente e outros órgãos governamentais de apoio ao município.

8.2 - Compete à Contratante:

8.2.1- Além das obrigações normais decorrentes do presente instrumento, constituem obrigações da contratante:

a) Ceder local apropriado, com galpão coberto para o centro de triagem dos resíduos sólidos recicláveis, inclusive manter o acesso ao local em condições de tráfego mesmo em dias de chuva;

b) Ceder um caminhão coletor de carga traseira e lateral equipado com carroceria e gaiola, com capacidade mínima de 4,5 (quatro e meia) toneladas;

c) Efetuar o pagamento, à contratada, dentro das condições e prazo estabelecidos no presente contrato;

d) Notificar a contratada, por escrito, caso sejam constatadas eventuais irregularidades ou defeitos na execução do objeto contratado, fixando-lhe prazo para as devidas correções;

e) Manter contatos com a contratada, sempre por escrito;



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

- f) Elaborar em conjunto com a contratada, sempre que houver necessidade de adequações, novo plano de coleta e descarga;
- g) Verificar, a qualquer tempo, se a contratada vem cumprindo o que estabelece a legislação em vigor, relacionada a este Termo de Contrato;
- h) Disponibilizar, no mínimo uma vez por semana, uma máquina e basculante para realizar a limpeza dos rejeitos acumulados no centro de triagem, assim como máquina para carregamento do material prensado por ocasião da venda (saída);
- i) disponibilizar água, por meio do caminhão pipa para abastecer a caixa d'água possibilitando a operacionalização dos serviços; ceder energia elétrica, até que seja viabilizado novo padrão exclusivo para a associação de catadores;
- j) garantir direito de a Associação fazer o recolhimento dos recicláveis nas festas organizadas ou patrocinadas pelo município;
- l) Dar prioridade à Associação para fazer o aproveitamento do óleo de cozinha recolhido nos coletores próprios;
- m) promover a lavagem dos PEVs no mínimo a cada 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA NONA- DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Os serviços serão realizados sob a fiscalização e orientação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Conceição do Castelo através de um servidor público municipal nomeado (fiscal) para acompanhamento da execução deste contrato.

9.2 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA –DAS SANÇÕES

10.1 - O descumprimento das obrigações assumidas no contrato sujeitará a contratada adjudicatária, garantida a prévia defesa, as sanções previstas na Lei nº. 8.666/1993, inclusive a responsabilização da contratada por eventuais perdas e danos causados ao município.

As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do serviço advier de caso fortuito ou força maior.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

- 11.1.1 - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3 - fraudar na execução do contrato;



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

11.1.4 - comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5 - cometer fraude fiscal;

11.1.6 - não mantiver a proposta;

11.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2 - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3 - multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.2.6 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8666/93, a Contratada que:

11.3.1 - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2 - tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3 - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

11.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

11.7 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da empresa, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

11.8 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

79 da Lei nº 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

12.2- O não atendimento no item 8.1.1 letra "s" constitui motivo de rescisão contratual unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

13.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

13.1.2 - Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente execução dos serviços;
- c) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- d) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;
- e) Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

CLAUSULA DECIMA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE

14.1 - A contratada deverá observar na execução dos serviços objeto do futuro contrato, os critérios e normas de sustentabilidade ambiental, zelando pelas regras ambientais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Conceição do Castelo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Conceição do Castelo - ES, 09 de julho de 2018.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

CHRISTIANO SPADETTO
PREFEITO
Responsável legal da CONTRATANTE

NELRIMA FRANCISCO CARDOSO
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis
do Município de Conceição do Castelo-ES

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Designação – Fiscal de Contratos

DADOS DO CONTRATO

PROCESSO Nº	3.771/2018	DATA	12/06/2018	TERMO DE CONTRATO Nº	102/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO	R\$ 24.028,72		VIGÊNCIA	09/07/2018 a 31/12/2018	
CONTRATADO	ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DO MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES				
OBJETO	CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES PARA A COLETA, TRIAGEM, PROCESSAMENTO, E COMECIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLAVEIS E REAPROVEITAVES DOMICILIAR, COMERCIAL E INDUSTRIAL.				

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar o servidor **CLOVES ANTONIO DE SOUZA**, matrícula 038026, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Fiscal da **TERMO DE CONTRATO nº 102/2018**, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376/2014 e 2.453/2014, devendo ainda:

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

IV - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.

V - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

VI - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.

VII - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.

VIII - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.

IX - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.

X - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.

XI - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).

XII - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.

XIII - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

XIV - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.

XV - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.

XVI - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.

XVII - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.

XVIII - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.

XIX - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376/2014**), de acordo com os percentuais determinados.

XX - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376/2014**).



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XXI - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

XXII – Preencher o “Formulário de Solicitação de Pagamento” (**Anexo H do Decreto nº 2.376/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o “Formulário *CheckList*” (**Anexo I do Decreto nº 2.376/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.

Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a servidora **LUCILENE JUBINE BISSACO**, Matrícula nº 026, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Conceição do Castelo, ES, 09 de julho de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Ordenador de Despesas

CIÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)

Eu, **CLOVES ANTONIO DE SOUZA**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal

CIÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)

Eu, **LUCILENE JUBINE BISSACO**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Suplente